

Mao – O processo da revolução

Márcio Bilharinho Naves
São Paulo, Editora Brasiliense, 2005

LUCIANO CAVINI MARTORANO*

A modesta aparência deste trabalho (um livro de bolso com pouco mais de 100 páginas, incluindo fotografias, bibliografia e cronologia da vida do líder chinês), não deve levar o leitor a se equivocar quanto ao seu alcance: o ensaio de Márcio Naves não é apenas uma biografia política de Mao Tse-tung, nem tão somente uma análise da revolução chinesa; ele é, sobretudo, uma importante contribuição aos estudos dedicados ao socialismo, apoiada no exame da experiência chinesa e do marxismo de Mao.

No primeiro capítulo, “O Período de Formação”, que começa com o nascimento do biografado em 1893 e vai até a proclamação da República Popular da China em 1949, nota-se o grande significado desempenhado pelas experiências das “bases vermelhas” – áreas libertadas e administradas pelo PCCh a partir de 1927 –, bem como a do go-

verno de Yen-an, constituído após a Longa Marcha, tanto no desenvolvimento da ligação política entre os comunistas e o campesinato, como no aprendizado necessário à realização das tarefas futuras do novo Estado chinês.

Ainda deste período, Naves destaca como uma grande contribuição teórica de Mao a revelação da especificidade da dialética marxista, cuja natureza complexa é o ponto de superação da dialética especulativa, onde as diferentes formações históricas estão submetidas “a um princípio espiritual interno simples, e a totalidade pode aparecer como um ‘sistema’ circular, fechado sobre si mesmo” (pg.36).

Já a partir deste capítulo inicial, o leitor poderá perceber a capacidade de Naves em apresentar, de forma sintética e rigorosa, a gênese e o conteúdo dos principais textos do comunista chinês

* Doutorando do Iuperj/RJ.

em sua estreita vinculação com os desafios políticos enfrentados pelos revolucionários de seu país.

Em “Construindo o ‘socialismo’?”, capítulo dedicado à década de 50 e meados dos anos 60, o autor mostra o grande esforço feito nos primeiros anos da nova República para assegurar uma contínua e ascendente incorporação do povo no processo de mudanças que o país sofreria; empreendimento aliado à tentativa feita pelo PCCh de chegar a uma compreensão cada vez mais independente sobre os acontecimentos verificados na então URSS.

Entre os inúmeros problemas que exigiam a atenção dos revolucionários chineses, Naves destaca os que se relacionavam com a própria concepção que eles tinham sobre a melhor maneira de fazer avançar o processo revolucionário, como a manifestada por Liu Shaoqi, que, entre outras coisas, subordinava o avanço da coletivização no campo à nacionalização das indústrias; enquanto para Mao, “a modificação nas relações sociais no campo precede e condiciona as mudanças técnico-organizativas” (53). Sem falar das questões colocadas pela luta contra o burocratismo e a corrupção presentes no novo Estado, e que eram apontados, de forma simplista, como meros “desvios” pessoais de militantes que ainda estariam sob a influência da burguesia.

Desenvolvendo o seu estudo, o autor passa a indicar os limites encontrados nas próprias formulações de Mao sobre o socialismo, cuja “tese decisiva” é o princí-

pio da continuidade da luta de classes durante toda a transição até o comunismo: 1) a “identificação” entre o socialismo e o fim da propriedade privada, o que garantiria o surgimento de relações de produção socialistas só com a estatização dos meios de produção – ainda que Naves ressalve o fato do líder comunista ter “restabelecido” a tese do primado das relações de produção sobre as forças produtivas. 2) Restabelecimento ofuscado, porém, pela subordinação da consigna “colocar a política no posto de comando” ao desenvolvimento das forças produtivas. São tais operações teóricas que permitirão a Mao classificar a China Popular como uma formação social socialista. Por sua vez, Naves afirma que, ainda em 1966, uma nova burguesia, a estatal, teria conquistado a hegemonia não apenas do aparelho estatal, como também do próprio partido comunista.

O ponto alto do livro é o terceiro e último capítulo dedicado à Revolução Cultural Chinesa, considerada pelo autor como a principal experiência do movimento socialista no século XX. Concebida originalmente por Mao como um grande movimento de massas dirigido contra os membros do partido e os funcionários do Estado adeptos da chamada “via capitalista”, e como uma tentativa de promover uma radical mudança no campo das idéias em toda a sociedade, esta revolução, como mostra o livro, vai superar os seus objetivos iniciais e fornecer elementos para uma melhor compreensão de um dos pontos cruciais de todo processo de superação do capitalismo: o da necessida-

de da revolucionarização das relações de produção, que permanecem capitalistas mesmo com a tomada do poder pelos trabalhadores, através da luta pelo fim da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

É neste capítulo que o autor consegue, de um lado, aprofundar a sua análise sobre o marxismo de Mao, e, de outro lado, apontar, embrionariamente, alguns elementos de uma concepção própria e original da transição socialista. Em relação ao primeiro ponto, Naves, depois de relevar que se as formulações maoistas possibilitam “o estabelecimento do marco inaugural de uma nova problemática da transição socialista”(103) – de caráter “antieconomicista”, por admitir que a superestrutura possa, em dada circunstância, jogar um papel mais importante que o da base econômica –, elas não rompem inteiramente com o “economicismo”, já que “*a tese do primado das relações de produção joga um papel subordinado no dispositivo conceitual*” do revolucionário chinês(106).

Quanto à concepção esboçada por Naves sobre a transição socialista, entendida por ele como a transformação tanto das relações de produção e das forças produtivas capitalistas por outras novas, já de caráter comunista, como também do Estado, pode-se no limite desta resenha, formular três perguntas, como um convite à leitura, ao estudo e ao debate deste livro:

a) se a revolução política dos trabalhadores tem como resultado pré-

estabelecido a conquista da hegemonia política por parte de uma nova burguesia de Estado, como eles poderão se engajar no processo revolucionário, que mesmo sendo vitorioso, manterá, na sua essência, a exploração de classe?

b) Se tanto a forma Estado, quanto a forma partido – considerado por Naves como “*um dos principais obstáculos à apropriação do poder pelas massas e à transformação efetiva das relações sociais*”(105-106) -, são formas fadadas a inibir a ação dos trabalhadores no socialismo, como poderia se desenvolver o complexo processo do aprendizado político e estatal do povo na passagem ao comunismo, como uma das condições necessárias para a consolidação do novo poder, estando ele, ao menos no começo de tal processo, ainda influenciado, em sua maioria, por tais formas ?

c) O déficit de democracia revelado no curso da própria Revolução Cultural, e destacado pelo autor, não reforça a necessidade de se discutir o tema do regime político socialista, sobretudo admitindo-se que o ideal de um completo exercício direto do poder pelos trabalhadores, ou seja, de uma democracia direta, não pode ser atingido no início da transição?